

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siuffi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 2922/2018-PGJ, DE 27.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias individuais aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO INDEFERIDO
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	2017/2018	10.9 a 9.10.2018
Gilberto Carlos Altheman Júnior	2017/2018	1º a 30.10.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2924/2018-PGJ, DE 27.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bela Vista, no período de 19.8 a 7.9.2018, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 2888/2018-PGJ, DE 22.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Juliana Patrão Laurentino, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Bataguassu, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca; e tornar sem efeito a Portaria nº 2836/2018-PGJ, de 17.8.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA N° 2923/2018-PGJ, DE 27.8.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Camila Mara Machado, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17 a 28.8.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO N° 21/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000658-2** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Leandra Lima Benitez - Assunto: Apurar suposta conduta ímproba da servidora pública Leandra Lima Benitez, consistente em realizar campanha política no interior de prédio público. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001017-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim - Requerentes: Mecias Alves e outros - Requerida: Telefônica Brasil S.A - Assunto: Apurar eventual deficiência na qualidade do sinal de telefonia móvel da operadora telefônica VIVO, especialmente nos bairros Silviolândia e Vale do Taquari, no município de Coxim/MS. **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000263-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual - Requeridos: Maria das Dores de Oliveira Viana e o município de Deodápolis/MS - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada pela Prefeita Municipal, Maria das Dores de Oliveira Viana, em razão da nomeação, para cargos em comissão, de parentes de servidores investidos em cargos de direção, chefia ou assessoramento, também no Poder Executivo Municipal, conforme Manifestação n. 11.2015.0000841-6, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. - Migração do sistema CIC para o sistema SAJMP - IC nº 25/2015. **4) Inquérito Civil nº 06.2016.00000187-2** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul - Energisa S.A. - Assunto: Apurar suposta irregularidade na falta de segurança, aterramento devido e instalação de algum tipo de proteção nos postes da cidade. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000624-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual omissão na adoção de providências visando a consertar o telhado do Pelotão da Polícia Militar da cidade de Camapuã. **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001693-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Superintendência do Ibama no Estado do Mato Grosso do Sul/MS - Requerido: Luiz Carlos Machado da Silva - Assunto: Apurar irregularidade ambiental (pulverização agrícola aérea sem autorização ambiental e depósito/armazenamento irregular de defensivos agrícolas) no sítio localizado na Rodovia MS 376, km 21, lote 42, quadra 41, zona rural de Fátima do Sul. **7) Inquérito Civil nº 06.2016.00000396-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Lucelia Ferreira Nunes - Assunto: Apurar eventual funcionamento irregular de poço artesiano no imóvel situado na Rua Cândido Severino, nº 487, Centro, Camapuã, de propriedade de Lucélia Ferreira Nunes. **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00001951-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima

do Sul - Requerente: Núcleo Ambiental do MP/MS - Requerido: Empresa Pampa Com. Imp. Exp. de Produtos Alim. Ltda. - Assunto: Apurar a operação da empresa Pampa Com. Imp. Exp. de produtos Alimentícios Ltda., no Estado de Mato Grosso do Sul sem o devido registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **9) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001685-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Inocência - Assunto: Assunto: Apurar eventual irregularidade no custeio ortodôntico de munícipe, na rede privada de saúde. **10) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001972-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Glória de Dourados/MS e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Glória de Dourados - Assunto: Verificar e prevenir a ocorrência de eventuais prejuízos à educação das crianças e adolescentes do município em razão da greve dos professores municipais. **11) Inquérito Civil nº 06.2018.00000797-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Ouvidoria do Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar possível prática de poluição ambiental causada pela realização de eventos excessivamente ruidosos no Parque de Exposições de Deodápolis - Migrado do Sistema CIC para o sistema SAJMP (IC nº 013/2014). **12) Inquérito Civil nº 06.2018.00002447-3 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **13) Inquérito Civil nº 06.2018.00000421-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível risco à saúde pública, devido a manifestação de pombos na residência situada na rua Fernando Correia da Costa, nº 80, centro, nesta Cidade. **14) Inquérito Civil nº 06.2017.00000147-6 - (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **15) Inquérito Civil nº 06.2017.00002242-7 - (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **16) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001746-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerentes: Jonas Orlando Rotilli e o Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara de Vereadores de Mundo Novo - Assunto: Apurar notícia de pagamento excessivo de diárias, no ano de 2017, pela Câmara de Vereadores de Mundo Novo/MS. **17) Inquérito Civil nº 06.2017.00001281-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Alcinópolis - Assunto: Apurar possível prática de nepotismo no município de Alcinópolis/MS, tendo em vista a nomeação de cônjuges para o exercício de cargo em comissão. **18) Inquérito Civil nº 06.2018.00001354-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL e o município de Coxim - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na manutenção da estrada que liga o município de Alcinópolis ao Distrito de Buriti e Vila Novo Belo Horizonte e possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes. **19) Inquérito Civil nº 06.2017.00002308-1** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Requerido: Pedro Coelho Oliveira - Assunto: Apurar a contaminação ambiental representada pelo lançamento, em via pública, de resíduos provenientes da lavagem de tambores plásticos com produtos químicos. **20) Inquérito Civil nº 06.2018.00001295-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 5º Batalhão da Polícia Militar de Coxim - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no uso de automóveis apreendidos e acautelados ao 5º Batalhão da Polícia Militar de Coxim. **21) Inquérito Civil nº 06.2017.00001304-0** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Jaraguari - Assunto: Apurar eventual irregularidade no transporte escolar dos alunos residentes no Assentamento Primavera. **22) Inquérito Civil nº 06.2018.00000349-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Ministério Público Estadual e Sérgio Martins de Souza Queiroz - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar representação de indícios de descumprimento pelo município de Deodápolis do dever de implemento de sistema de descarte de esgoto adequado - Migração do sistema CIC para o sistema SAJ/MP - IC nº 06/2014. **23) Inquérito Civil nº 06.2018.00001159-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Glória de Dourados - Requerido: Município de Glória de Dourados/MS - Assunto: Apurar a legalidade no indeferimento de prorrogações da licença maternidade das servidoras pública municipal. **24) Inquérito Civil nº 06.2017.00000273-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes - Assunto: Apurar eventual irregularidade na nomeação da Secretária Municipal de Finanças de Bandeirantes/MS, Eliane Oliveira. **25) Inquérito Civil nº 06.2018.00000626-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Informática Spyder Net Ltda. - Assunto: Apurar eventual irregularidade no pregão presencial 31/2017, para fornecimento de *link* dedicado à internet com fibra ótica com velocidade mínima de 20mbps, especialmente no tocante à recusa ou atraso no fornecimento de editais e demais documentos aos licitantes. **26) Inquérito Civil nº 06.2018.00001404-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar

a realização de diversos saques das contas poupança e corrente dos clientes do Banco Bradesco cadastrados no município de Pedro Gomes, sem prévia autorização e conhecimento, por funcionária terceirizada do posto de atendimento do referido banco nesta cidade. **27) Inquérito Civil nº 06.2018.00000865-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar as circunstâncias da ausência de resposta, por parte do Chefe do Poder Executivo de Bandeirantes no ano de 2017. **28) Inquérito Civil nº 06.2017.00001368-3 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **29) Inquérito Civil nº 06.2016.00001188-1** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Campo Grande e o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL - Assunto: Apurar a regularidade da LIO - Licença de Instalação e Operação nº 116/2015, expedida pelo IMASUL, em favor da Empresa Concessionária Águas Guariroba S.A, em decorrência das informações prestadas pelo Conselho Gestor da APA do córrego Guariroba e possível inobservância de legislação municipal mais restritiva. **30) Inquérito Civil nº 06.2017.00002136-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Natalino Luiz Gritti - Assunto: Apurar a responsabilidade civil do requerido, tendo em vista a ausência de mata ciliar às margens do córrego Montalvão, em desrespeito à distância exigida pelo Código Florestal. **31) Inquérito Civil nº 06.2017.00001096-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Procedimento para apurar denúncias perpetradas em face de Marcio Queiroz Vida, envolvendo atos de improbidade e possíveis infrações penais. **32) Inquérito Civil nº 06.2018.00001174-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Extração de Areia Bérnago Ltda.-ME - Assunto: Apurar a notícia de descumprimento das condições estabelecidas na licença de operação 081/2008, expedida pelo IMASUL, em favor de Extração de Areia Bérnago Ltda. - IC 58/2012. **33) Inquérito Civil nº 06.2016.00000233-8 (Sigiloso)** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande. **34) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000045-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Silva e Navarini Ltda. - Assunto: Apurar supostas irregularidades no armazenamento de agrotóxicos pela Empresa Cerrado, em Chapadão do Sul. **35) Inquérito Civil nº 23/2016** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível dano ambiental devido a extração de cascalho sem as devidas licenças ambientais necessárias, no Assentamento Nova Esperança na região do Pinhé, no município de Bandeirantes/MS. **36) Inquérito Civil nº 70/2012** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social/MS - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa no Programa de Saúde da Família (PSF), com eventual cobertura irregular do referido programa, além de eventual contratação irregular de profissionais para atuarem no mesmo. **37) Inquérito Civil nº 9/2014** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Município de Mundo Novo - Requerido: Antônio Cavalcante - Assunto: Avaliar supostas irregularidades no Procedimento Licitatório nº 055/2011 do município de Mundo Novo/MS. **38) Inquérito Civil nº 2/2012** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Juraci Barbosa da Silva - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, pelo corte de árvores em área de preservação permanente, na fazenda Limoeiro Parte II, sem licença do órgão ambiental competente, inclusive com a retirada de madeira de lei. **39) Inquérito Civil nº 9/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerentes: Denúncia anônima e Ouvidoria/MPE - Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana - Assunto: Investigar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana não vem cumprindo satisfatoriamente as leis da transparência e de acesso à informação.

Campo Grande, 28 de agosto de 2018.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça e

Secretária da Conselho Superior do Ministério Público

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2018.**

**7. Ordem do dia:**

**7.1. Matéria Administrativa:**

**7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte designação: Portaria nº 2716/2018-PGJ, de 7.8.2018.** Alterar a Portaria nº 2121/2018-PGJ, de 21.6.2018-PGJ, que concedeu licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial” ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza, de forma que, onde consta: “a partir de 6.8.2018”, passe a constar: “a partir de 27.8.2018”.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, referendou a portaria acima referida, sem ressalvas.***

**7.1.2. Julgamento de processo:**

**1. Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000940-2.**

Requerente: Procuradoria-Geral Adjunta Administrativa.

Assunto: Analisar a necessidade de alteração do art. 44, inciso VI, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, que dispõe sobre a realização de estágio no Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

***Deliberação: Ouvido o Conselho sobre a alteração do inciso IV do art. 44 da Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.07.2010 houve concordância, à unanimidade.***

**7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001105-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mario Bueno de Camargo

Assunto: Apurar a ocorrência, em tese, de desmate e construção de obras em área de preservação permanente, em imóvel rural localizado no Município de Dois Irmãos do Buriti (MS).

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS - CHÁCARA PARAÍSO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002173-2**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Invernada do Bugre - Carlos Theodoro Jurgielewicz

Assunto: Apurar a existência de desmatamento de 184,94 hectares sem autorização do órgão ambiental, na Fazenda Invernada do Bugre, de propriedade de Carlos Theodoro Andrade Jurgielewicz.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS - MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL REFERENTE A DESMATAMENTO - FAZENDA INVERNADA DO BUGRE - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 40/2014 - IMASUL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Não restou comprovado a presença de danos ambientais referentes à desmatamentos na Fazenda Invernada do Bugre, pois, o proprietário apresentou nos autos a Autorização Ambiental nº 40/2014, Processo nº 23/105371/2010, para supressão

vegetal, emitida pelo IMASUL, demonstrando a regularidade ambiental da referida propriedade. Ademais, o imóvel encontra-se devidamente inscrito no CAR, razão pela qual impõe-se a promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000555-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de irregularidade na frequência de servidor público municipal na Prefeitura Municipal de Bandeirantes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BANDEIRANTES/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO - DENÚNCIA APÓCRIFA - AUSÊNCIA DE ASSIDUIDADE NA JORNADA DE TRABALHO - FUNCIONÁRIO FANTASMA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - DENÚNCIA RASA E SUPERFICIAL - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Não foi possível vislumbrar as irregularidades noticiadas na denúncia apócrifa, uma vez que foram comprovadas através da apresentação da folha de frequência e prova testemunhal a assiduidade do servidor Júlio Silvério Queiroz, Fiscal da Vigilância Sanitária, lotado no município de Bandeirantes/MS. Desse modo, não restou verificada a ocorrência de irregularidades, danos ao erário público, nem conduta lesiva ou dolo apto a caracterizar ato de improbidade administrativa passível de ser imputado ao servidor público investigado, razão pela qual a Promoção de Arquivamento deve ser homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001709-4**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar e acompanhar como vem se dando o abastecimento de combustíveis na cidade de Bonito considerando o movimento de paralisação nacional dos caminhoneiros.

EMENTA - PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BONITO/MS - GREVE DOS CAMINHONEIROS - CAOCON- RECOMENDAÇÃO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO PARA AVERIGUAR O ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL NA COMARCA DE BONITO - ABASTECIMENTO NORMALIZADO - ENCERRAMENTO DA GREVE - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Considerando que houve uma solução política para o impasse dos caminhoneiros, e, a Comarca de Bonito assim como as demais comarcas do estado não chegaram a sofrer com a falta de alimentos, estando a situação dos combustíveis normalizadas em todo Brasil, ocorreu a perda do objeto do presente procedimento, e, por conseguinte, a inexistência de indícios da prática de ato lesivo ao consumidor, devendo ser homologado o arquivamento do presente feito.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000598-3 – SIGILOSO**

16ª Promotoria de Justiça do do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **6. Inquérito Civil nº 1/2016**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a procedência dos fatos registrados nas Manifestações nº 11.2015.00000469-7 e 11.2015.00000678-4, ambas oriundas da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que apontam possíveis irregularidades no provimento do cargo de Coordenador Pedagógico nas escolas do município de Água Clara, inclusive eventual nepotismo.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÁGUA CLARA - APURAR A EXISTÊNCIA DE PRÁTICA DE NEPOTISMO – COORDENADORA PEDAGÓGICA - DENÚNCIA DE CONTRATAÇÃO DE CUNHADA DA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL LUCIANO SILVÉRIO DE OLIVEIRA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – IRREGULARIDADE FORMAL – AUSÊNCIA DE EVENTO VOLITIVO DOLOSO - EXONERAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. As diligências empreendidas pelo

órgão executor foram suficientes para o esclarecimento dos fatos denunciados, restando demonstrada a improcedência dos mesmos, vez que restou comprovada a ausência de ato de nepotismo e de evento volitivo doloso, e ainda, que a Coordenadora Pedagógica investigada Rosineide Aparecida de Souza foi contratada pela Diretora da Escola Municipal Luciano Silvério de Oliveira, Sra. Andréia Réia, que não era sua cunhada, tendo sido a mesma devidamente exonerada. Por tais razões, impõe-se a homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7. Inquérito Civil nº 7/2014**

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Oi Telecomunicações S/A

Assunto: Apurar eventual prática de conduta lesiva aos consumidores por parte da empresa de Telefonia “OI TELECOMUNICAÇÕES S/A” em razão da carência e ineficiência do serviço de acesso à internet banda larga disponibilizados à população.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS – APURAR CONDUTA LESIVA AO CONSUMIDOR - OFERECIMENTO PRECÁRIO DE INTERNET BANDA LARGA – OI TELECOMUNICAÇÕES S/A - AUSÊNCIA DAS IRREGULARIDADES – ANATEL - INSTALAÇÃO DE NOVAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE INTERNET NA REGIÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Constatou-se através das diligências encetadas nos autos a ausência de irregularidades a serem perseguidas, vez que os serviços de internet banda larga oferecidos no município de Nova Alvorada do Sul pela concessionária Oi Telecomunicações S/A encontram-se normalizados, e, atualmente, outras empresas prestadoras de serviços de internet e multimídia se instalaram na região, ocasionando uma melhoria considerável desse serviço à comunidade local. Assim, ante a inexistência de indícios da prática de ato lesivo ao consumidor, deve ser homologado o arquivamento do presente feito.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **8. Inquérito Civil nº 8/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Novo Horizonte Agropecuária Ltda.

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Novo Horizonte, de propriedade de Novo Horizonte Agropecuária Ltda., localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MIRANDA/MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS - FAZENDA NOVO HORIZONTE - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **9. Inquérito Civil nº 9/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Sebastião, de propriedade de Roberto Gabriel Berlitz

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São Sebastião.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AMAMBAI/MS – APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS NA FAZENDA SÃO SEBASTIÃO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento



de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000971-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Investigar conduta dos conselheiros tutelares, em face dos técnicos de assistência social e psicologia, que realizam atendimento no Conselho Tutelar, concernente à abuso de autoridade, fazendo com que, extrapole as funções dos técnicos.

EMENTA - INQUÉRITO CIVIL – 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - CONSELHO TUTELAR – AVERIGUAÇÃO DE DESVIO DE CONDUTA - ABUSO DE AUTORIDADE – POSSÍVEL EXTRAPOLAMENTO DE FUNÇÕES TÉCNICAS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS -IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS - FALTA DE PROVAS DE ABUSO DE AUTORIDADES REALIZADO PELOS CONSELHEIROS TUTELARES – TRABALHO REALIZADO EM EQUIPE - ATUAÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS ATRIBUIÇÕES ESPECIFICADAS NO ECA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Não restou comprovado nos autos qualquer ilegalidade na conduta dos Conselheiros Tutelares dessa capital, e tampouco que os mesmos tenham agido com abuso de autoridade, e, por conseguinte, que as demais profissionais técnicas em Psicologia e Assistente Social tenham extrapolado em suas funções, para atender aos Conselheiros Tutelares. Ao contrário, constatou-se que a relação entre esses profissionais está pautada de respeito, e os atendimentos estão sendo realizados de forma ágil e em equipe, priorizando sempre o melhor para as vítimas, em conformidade com as atribuições especificadas no artigo 136, do ECA. Assim, não há razão para o prosseguimento do feito e a Promoção de Arquivamento é medida que se impõe.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2017.00002298-2**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wilson Paes de Oliveira

Assunto: Apurar a ausência de conexão com a rede pública de água e de coleta e tratamento de esgoto, verificada, em tese, no imóvel situado à Avenida José Nogueira Vieira, nº 2.083, Bairro Tiradentes.

EMENTA - 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – ÁGUAS GUARIROBA S/A - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOVER CONEXÃO COM A REDE PÚBLICA DE ESGOTO - A REGIÃO URBANA DO CÓRREGO DA BANDEIRA - BAIRRO TIRADENTES - LEI Nº 6.938/1981 E LEI Nº 11.445/2007 - CUMPRIMENTO INTEGRAL - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou comprovado nos autos que o Termo de Ajustamento de Conduta foi cumprido integralmente pela Concessionária Águas Guariroba, pois, todos os imóveis da região do Bairro Tiradentes estão conectadas aos serviços de água e esgoto, e, que as medidas necessárias para a efetiva proteção ambiental foram devidamente implantadas pelo compromissário. Assim, não há razão para o prosseguimento do feito, vez que as irregularidades ambientais foram mitigadas e o arquivamento do feito é medida que se impõe.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001041-6**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marlim Silvério

Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente em propriedade de Marlim Silvério (inscrições imobiliárias nº 09101201001, 09101201021 e 09101201041), bem como a atuação do Município de Campo Grande/MS em efetuar a fiscalização dos danos estéticos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM PROPRIEDADE DE MARLIM SILVÉRIO, EM CAMPO GRANDE/MS - TERMO DE

AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO - CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER - DESNECESSIDADE DE FISCALIZAÇÃO DA OBRIGAÇÃO NEGATIVA EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No Termo de Ajustamento de Conduta, o compromissário assumiu a obrigação de desfazer e retirar qualquer estrutura ou ocupação existente nas Áreas de Preservação Permanente do imóvel; realizar plantio de espécies nativas na Área de Preservação Permanente; executar de modo eficiente o isolamento integral do lote com a Área de Preservação Permanente existente na propriedade e sinalizar sua existência com placas que serão dispostas de dez em dez metros, as quais foram devidamente cumpridas. Ademais, constou no Termo de Ajustamento de Conduta outras obrigações de natureza negativa. Verifica-se que não há nos autos notícia de descumprimento das obrigações negativas, sendo incabível o acompanhamento de sua execução em procedimento administrativo, por se tratar de abstenção de comportamento do compromissário. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **2. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000706-3**

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho - EPJFC

Assunto: Apurar os fatos narrados no Termo de Declaração da Srª. Daiane Nogueira Batista, colhido na sede da Promotoria de Justiça em 30 de outubro de 2017.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR OS FATOS NARRADOS NO TERMO DE DECLARAÇÃO, CONSISTENTE EM EVENTUAL SITUAÇÃO DE RISCO DO INTERNO MARCOS BATISTA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - SITUAÇÃO DEVIDAMENTE REGULARIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. As diligências empreendidas foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, uma vez que a situação do interno Marcos Batista foi regularizada, tendo sido transferido para a cela 17 do Pavilhão 1A Ala Inferior, a qual possui mais espaço e acessibilidade, com melhores condições de atendimento e adequado para receber a visita de seus familiares (fl. 41). Ademais, no que tange ao tratamento de dependência química do reeducando em questão, constatou-se que atualmente recebe assistência do Grupo de Enfrentamento à Dependência Química “Nova História” (fls. 52/53). Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **3. Inquérito Civil nº 76/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Morada do Cacique

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Morada do Cacique, de propriedade de Gerson Martinez Lopes, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA “MORADA DO CACIQUE”, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA/MS, A FIM DE QUE SEJAM ADOTADAS MEDIDAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DO REFERIDO IMÓVEL DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00002346-3 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002346-3, instaurado em 26.06.2018 – fl. 104), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

### **1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000635-6**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar suposta inércia do município de Campo Grande na elaboração de projeto para desenvolvimento de aplicativo para auxiliar pessoas com deficiência visual na utilização de transporte público.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - INÉRCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS NA CRIAÇÃO DE APLICATIVO PARA FACILITAR A UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO PELOS USUÁRIOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL - IRREGULARIDADE SANADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a Prefeitura de Campo Grande/MS implantou o aplicativo para celular “ Todos no ônibus” com a finalidade de facilitar a utilização do transporte público pelos usuários com deficiência visual. Ademais, equipou a frota de ônibus com tablets possibilitando o acesso dos motoristas ao “Embarque Especial”, onde ocorre a visualização dos pontos de ônibus com usuários deficientes. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002304-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Pavitécnica Engenharia Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade do licenciamento ambiental da obra de pavimentação, a qual se encontra defronte à propriedade localizada na rodovia MS 162, trecho do entroncamento com a Rodovia BR 262, mais precisamente no Km 13, em direção à cidade de Dois Irmãos do Buriti/MS, bem como eventual responsabilidade civil por danos ambientais (processos erosivos) causados no local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - EROSÃO CAUSADA PELAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA MS 162 - FATOS ANTIGOS - DANO AMBIENTAL SANADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, conforme vistoria in loco, do representante ministerial, não há qualquer dano ambiental a ser reparado. Ademais, no ano de 2007, a AGESUL, apresentou relatório fotográfico, demonstrando as obras realizadas para a contenção das águas pluviais e a consequente erosão. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000245-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerido: Alanir da Silva Carneiro

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais consistentes em suprimir 12,00 há de vegetação nativa; destruir e danificar 4,2 há de APP; cortar e derrubar árvores em três frações de APP situadas acima do morro; danificar árvores com veneno; bem como ter em depósito e utilizar motosserra, todas as atividades sem a autorização do órgão ambiental competente, na Chácara Recanto Escobar, situada no município de Bodoquena.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM OS ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 – TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado nos art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Além disso, verifica-se que, quanto ao dano ambiental, foi aplicada multa administrativa. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001030-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Nutibem Produtos Agropecuários Ltda.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do termo de compromisso de ajustamento de conduta firmado com a empresa Nutibem

Produtos Agropecuários Ltda, consistente no pagamento da indenização ambiental no valor de R\$-4.420,00 (quatro mil, quatrocentos vinte reais).

**EMENTA:** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM OS ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 – TAC HOMOLOGADO - CUMPRIMENTO DO COMPROMISSO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado nos art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, tendo sido recolhida a quantia fixada a título de indenização, inexistindo outras medidas reparatórias pendentes. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000958-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: José Souza Dias

Requeridos: Município de Ivinhema e Empresa Construlima Construção Civil Ltda.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato firmado para a reconstrução de casas populares no Conjunto Habitacional Manoel Félix Nelito Câmara, no distrito de Amandina.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA DE IVINHEMA E A EMPRESA CONSTRULIMA CONSTRUÇÃO CIVIL - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que conforme planilha de preços, não se verificou irregularidades no contrato firmado com a empresa Construlima Construção Civil. Em relação a execução da obra, realizou-se Laudo Técnico, que apontou avarias ocasionadas por infiltrações em apenas duas residências, sendo solucionadas com uma reforma. Conforme relatório de ocorrência, a proprietária de um dos imóveis mudou-se de cidade abandonando a casa e a outra proprietária não aceitou a realização da reforma, pleiteando a reconstrução total da residência, assim, eventual exigência na reconstrução total da moradia deve ser averiguada por ação judicial própria movido pela parte interessada. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001368-7 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002343-7 – SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **8. Notícia de Fato nº 01.2018.00008085-4 – RECURSO**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Campo Grande

Recorrente: Celso John Kenedy Menezes de Souza

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta violação à Lei de Acesso a Informação, pela Prefeitura de Campo Grande.

**EMENTA:** NOTÍCIA DE FATO - COSIP - SUPOSTA OFENSA A LEI DA INFORMAÇÃO – DIREITO INDIVIDUAL DISPONÍVEL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - RECURSO DO REPRESENTANTE - DESPROVIMENTO. Depreende-se dos presentes autos, que o representante suscitou a atuação do órgão ministerial para apuração de suposta violação a Lei de Acesso à Informação, tendo em vista que a Prefeitura de Campo Grande não lhe forneceu as planilhas, recibos e notas fiscais dos valores aplicados com a arrecadação da COSIP. Constata-se que no presente caso, a denúncia não atinge direito coletivo ou individual indisponível que justificasse a atuação mínima deste Parquet Estadual, pois se trata de descontentamento individual do requerente com o valor cobrado em sua conta de energia elétrica. Ademais, a Prefeitura de Campo Grande disponibiliza no Portal da Transparência os orçamentos e relatórios financeiros desde o ano de 2006, além de que, houve o envio da solicitação de fiscalização do requerente para a Câmara Municipal de Campo Grande, que possui Comissão Permanente do Consumidor com fiscalização direta da COSIP. Desse modo, voto pelo desprovisionamento do recurso interposto pelo representante, com a consequente homologação do arquivamento da presente notícia de fato.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovisionamento do recurso interposto pelo representante e homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**9. Procedimento Preparatório nº 11/2010**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São José do Potreiro

Assunto: Apurar a notícia de que existe um antigo chiqueiro de porcos em área de preservação permanente na fazenda São José do Potreiro, localizada no município de Bodoquena, o qual lança resíduos ou detritos a um córrego que passa pelo local.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC DE ACORDO COM OS ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado nos art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**10. Inquérito Civil nº 2/2011**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cleuza Felizarda Batista Filho

Assunto: Apurar a notícia de que Cleuza Felizarda Batista Filho edificou uma casa, sem a necessária licença, em área de preservação permanente, às margens do córrego Campina, no Sítio Novo Horizonte, localizada no município de Bodoquena.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC DE ACORDO COM OS ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado nos art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**11. Inquérito Civil nº 06.2017.00002361-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Fé

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 26 0.217, S 20 57 37.173, em razão da supressão de 3.0685 hectares de vegetação nativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - SUPOSTO DESMATAMENTO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, conforme relatório de vistoria realizado pela Polícia Militar Ambiental, não se comprovou nenhuma supressão vegetal na propriedade rural presente nas coordenadas geográficas fornecidas, inexistindo dano ambiental a ser reparado. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**12. Inquérito Civil nº 06.2018.00000908-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Welligton Roberto Fernandes

Assunto: Apurar eventual desmatamento ocorrido na Fazenda 3 Quedas, constatado pelo relatório nº 811/17/Nugeo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - DUPLICIDADE DE FEITOS - IC 06.2017.00000229-7 JÁ APURA OS FATOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Inquérito Civil nº 06.2017.00000229-7 abarca as irregularidades investigadas no presente feito, tornando desnecessária a continuidade deste procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 11/2011**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Nelson Arruda Fialho, Werlaine Fátima, fazenda Santa Maria do Paratudal

Assunto: Verificar a regularização da reserva legal em campo e junto ao CRI, bem como a preservação/isolamento de APP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AQUIDAUANA – MEIO AMBIENTE – VERIFICAR A REGULARIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL EM CAMPO E JUNTO AO CRI, BEM COMO A PRESERVAÇÃO/ISOLAMENTO DE APP – CONFIGURAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação da existência da Ação Civil Pública nº 0006436-77.2005.8.12.0005 em face de Alcides Trentin, Miriam Sandri de Oliveira Trentin, Maria Tereza Ferraz Alves Ribeiro, Zelito Alves Ribeiro e Odilon Ferraz Alves Ribeiro, proposta pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana, evidenciando-se identidade de partes, causa de pedir e pedido com o procedimento em questão.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002336-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Helena, de propriedade do Sr. Ailton Marques Rosa

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Santa Helena, de propriedade do Sr. Ailton Marques Rosa, bem como a ocorrência de desmatamento irregular na área.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - MEIO AMBIENTE - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA SANTA HELENA, DE PROPRIEDADE DO SR. AILTON MARQUES ROSA, BEM COMO A OCORRÊNCIA DE DESMATAMENTO IRREGULAR DA ÁREA CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA -ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007- PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001283-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rivaldo Alves dos Santos

Assunto: Apurar as condições jurídico-ambientais na propriedade de Rivaldo Alves dos Santos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - MEIO AMBIENTE - APURAR AS CONDIÇÕES JURÍDICO-AMBIENTAIS NA PROPRIEDADE DE RIVALDO ALVES DOS SANTOS - CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o

cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007- PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001529-6 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Sidrolândia

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **5. Inquérito Civil nº 6/2014**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as condições de acessibilidade pelas pessoas com deficiência nos locais de votação nas eleições de 2016 no município de Itaquiraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ITAQUIRAÍ – DIREITOS HUMANOS – APURAR AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 2016 NO MUNICÍPIO DE ITAQUIRAÍ – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de que as irregularidades nas seções eleitorais situadas nas Escolas Municipais dos Assentamentos de Tamakavi, Santa Rosa e Sul Bonito foram devidamente sanadas, uma vez que atualmente todos os alunos permanecem apenas na Escola Santa Rosa – Pólo.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **6. Inquérito Civil nº 28/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fazenda 3 A, de Amarildo dos Santos e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda 3 A.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AMAMBAI – DANO AMBIENTAL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA 3 A – CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7. Inquérito Civil nº 31/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Baía da Boa Vista

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Baía da Boa Vista, de propriedade de Carlos Rodrigues Bello, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – DANO AMBIENTAL – APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA BAÍA DA BOA VISTA, DE PROPRIEDADE DE CARLOS RODRIGUES BELLO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA, A FIM DE QUE SEJAM ADOTADAS MEDIDAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DO REFERIDO IMÓVEL DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES – CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos

interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **8. Inquérito Civil nº 6/2009**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ely Rodrigues Branco, Vereador do município de Miranda

Requerido: Restaurante Zero Hora

Assunto: Apurar a suposta existência de um esgoto a céu aberto na região do Zero Hora e adjacências, nesta cidade, o qual está causando mau cheiro e poluindo o referido local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – DANO AMBIENTAL – APURAR A SUPOSTA EXISTÊNCIA DE UM ESGOTO A CÉU ABERTO NA REGIÃO DO ZERO HORA E ADJACÊNCIAS, NA COMARCA DE MIRANDA, O QUAL ESTÁ CAUSANDO MAU CHEIRO E POLUINDO O REFERIDO LOCAL – CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **9. Inquérito Civil nº 108/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Indiana

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da fazenda Indiana, localizada no município de Bodoquena/MS, especialmente uma barragem que lá supostamente foi construída.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – MEIO AMBIENTE – APURAR A IRREGULARIDADE AMBIENTAL DA FAZENDA INDIANA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE BODOQUENA/MS, ESPECIALMENTE UMA BARRAGEM QUE LÁ SUPOSTAMENTE FOI CONSTRUÍDA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO – IRREGULARIDADES SANADAS - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. Comprovação nos autos de cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante a juntada do Mapa Geral da propriedade (fls. 116-117), do Plano de Conservação do Solo (fls. 173-177), do Relatório Técnico Anual de Monitoramento Da Área (fls. 184-188), do CARMS006313 (fls. 215-216), do PRADE (fls. 159, 182-188 e 217-234) e da Licença de Operação n. 227/2015 (fls. 237-303). Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2016.00001214-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa durante a tramitação de processos de loteamento pelos Poderes Executivo e Legislativo de Itaporã-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAPORÃ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DURANTE A TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS DE LOTEAMENTO PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DE ITAPORÃ-MS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA - NÃO COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DAS PARCELAS DO



IMÓVEL POR PARTE DO CITADO VEREADOR - REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM. 1. Os extratos bancários de Valdomiro de Freitas não são aptos a comprovar o pagamento das parcelas da suposta compra e venda. 2. Promoção de arquivamento não homologada. Baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para realização de diligências.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou o arquivamento e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para realização de diligências, nos termos do voto do Relator.***

#### **7.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

##### **1. Inquérito Civil nº 3/2011**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edmur Miglioli, fazenda Persistência

Assunto: Apurar eventual desmatamento sem estudo de Impacto Ambiental e sem Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, a regularidade ou não das áreas de reserva legal, das áreas de preservação permanente e da conservação do solo da fazenda Persistência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DESMATAMENTO SEM ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E SEM RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, A REGULARIDADE DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, BEM COMO DA CONSERVAÇÃO DO SOLO DA FAZENDA PERSISTÊNCIA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ, COM A REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N.º 05/2015 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo n. 09.2018.00001793-9, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

##### **2. Inquérito Civil nº 14/2015**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na suposta existência de funcionários fantasmas junto à Prefeitura Municipal de Campo Grande, nomeados em cargos de Assessoria no Gabinete do Prefeito Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA SUPOSTA EXISTÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS FANTASMAS JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, NOMEADOS EM CARGOS DE ASSESSORIA NO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL – OBJETO ESGOTADO COM RELAÇÃO AO SERVIDOR L. C. T. DE O. – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA – CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES COM RELAÇÃO AOS DEMAIS INVESTIGADOS – CONCESSÃO DE 01 (UM) ANO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO FEITO, DE MODO IMPRORROGÁVEL. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento com relação ao servidor L. C. T. de O. merece ser acolhida, porquanto, as cópias das folhas de frequência (período de 01/11/2015 a 31/05/2016), o decreto de nomeação, as informações funcionais e da chefia imediata, bem como o demonstrativo de pagamento do referido servidor, demonstram a regularidade da contratação do mesmo e o seu exercício funcional (fls. 277/294), não havendo falar, portanto, em atos de improbidade administrativa nesse caso. Ressalta-se, que conforme consta em sua Ficha Funcional, o servidor L. C. T. de O. é concursado na Prefeitura Municipal desde o ano de 1996, tendo ocupado diversos cargos em sua trajetória no serviço público. Outrossim, cumpre salientar que os fatos também foram devidamente investigados na esfera criminal, sendo arquivados diante da ausência de autoria e materialidade do crime de corrupção passiva por parte do servidor em questão. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento parcial, com relação ao servidor L. C. T. de O. No que se refere ao pedido de dilação de prazo quanto aos demais investigados, voto pela concessão de novo prazo, no total de 01 (um) ano, de modo improrrogável.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, com relação ao servidor L.C.T. de O. e no que se refere ao pedido de dilação de prazo aos demais investigados, o Conselho concedeu novo prazo, no total de 01 (um) ano, de modo improrrogável, nos termos do voto da Relatora.***

**3. Inquérito Civil nº 13/2013**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Plínio Marcelo de Arruda Armelin, fazenda Vaca Baia

Assunto: Apurar a irregularidade e eventuais danos ambientais decorrentes do desmatamento de 182.40 hectares de vegetação nativa realizado na fazenda Vaca Baia, localizada em área considerada de objeto especial (Bioma Pantanal), bem como a regularidade jurídico-ambiental da referida propriedade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A IRREGULARIDADE E EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO DESMATAMENTO DE 182.40 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA REALIZADO NA FAZENDA VACA BAIA, LOCALIZADA EM ÁREA DE OBJETO ESPECIAL (BIOMA DO PANTANAL), BEM COMO SUA REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ, COM A REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N.º 05/2015 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo n. 09.2018.00001932-6, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

**4. Inquérito Civil nº 11/REM/2010**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Marta

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como presença de processos erosivos em vários pontos do imóvel.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, BEM COMO PRESENÇA DE PROCESSOS EROSIVOS EM VÁRIOS PONTOS DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA SANTA MARTA – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – IMÓVEL INSCRITO NO CAR/MS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, mediante assinatura e cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta. Ademais, cumpre salientar que o imóvel rural está inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CARMS nº 0001387. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

**5. Inquérito Civil nº 4/2011**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Felix Jayme Nunes da Cunha, Rancho Alegre

Assunto: Apurar eventual construção de uma casa de alvenaria em área de preservação permanente, realizada por Felix Jayme Nunes da Cunha, propriedade denominada Rancho Alegre, situada na margem do rio Aquidauana.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, REALIZADA POR FELIX JAIME NUNES DA CUNHA NA PROPRIEDADE DENOMINADA RANCHO ALEGRE, SITUADA NA MARGEM DO RIO AQUIDAUANA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ, COM A REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N.º 05/2015 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo n.

09.2018.00001591-9, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

#### **7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

##### **1. Inquérito Civil nº 1/2017**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Feliz Alaman

Assunto: Buscar a adoção de providências pelo proprietário do Lote 21, do Assentamento Mato Grande, zona rural, no município de Corumbá/MS, com o fito de regularizar o desmate de 10 hectares, a extração e o beneficiamento de madeira, sem autorização e/ou comunicado de aproveitamento de material lenhoso expedidos pelo órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – APURAR DANOS AMBIENTAIS – EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO IRREGULAR DE MADEIRA –COMPROVADA INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL NO CAR/MS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As medidas a serem adotadas pelo Requerido para recuperar a área desmatada em sua propriedade assim o foram. Juntada do comprovante de inscrição da propriedade no CAR. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

##### **2. Inquérito Civil nº 12/2013**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerentes: Ministério Público Estadual, Antônio Alcides Costa e o Sindicato dos Servidores Públicos de Coxim - SINSMC

Requerido: Aluízio São José, Prefeito do município de Coxim

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade do atual Prefeito Municipal de Coxim, consistente na exoneração antecipada do requerente do Serviço de Informação ao Cidadão.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EXONERAÇÃO ANTECIPADA DE SERVIDORES – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO – TAC EM NEGOCIAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que a ação ajuizada pelo Ministério Público Federal versando sobre assunto que tangencia o objeto do presente inquérito civil foi remetida para a Justiça Estadual, em fase de audiência de conciliação entre o MPE e o Município, havendo TAC em discussão. Questão dos servidores públicos municipais e do SIC tratada no TAC. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

##### **3. Inquérito Civil nº 2/2015**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades urbanísticas, ambientais e sanitárias relacionadas aos terrenos baldios sujos ou com edificação abandonada, bem como no combate ao mosquito da dengue e adoção ou não de medidas para combater tais problemas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – AÇÕES DE COMBATE À DENGUE – PLANO DE ATUAÇÃO ELABORADO PELO MUNICÍPIO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o Município editou leis que preveem o procedimento de penalização daqueles que se omitirem na limpeza de seus terrenos. Comprovação do efetivo exercício de fiscalização pelo ente público. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

#### **7.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002112-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Dircelino Sanabria

Assunto: Apurar dano ambiental na Pousada Carandá

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NO ESTABELECIMENTO “POUSADA CARANDÁ”, OCORRIDO NA REGIÃO DO DISTRITO DE ALBUQUERQUE, NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS, EM VIRTUDE DE CONSTRUÇÕES

IRREGULARIDADES À MARGEM DA BAÍA DOS PERIQUITOS, LOCALIZADA EM RIO ESTADUAL AFLUENTE DO RIO PARAGUAI QUE É DE PROPRIEDADE DA UNIÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA ANTERIORMENTE AJUIZADA PELA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM CORUMBÁ – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL - ATRIBUIÇÃO DO MPF - SANADA A INADEQUAÇÃO DO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO MEDIANTE O RECEBIMENTO COMO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - DEFERIMENTO DO DECLÍNIO DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS ORIGINAIS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA QUE PROCEDA À REMESSA AO MPF. 1. Trata-se de dano ambiental praticado no estabelecimento “Pousada Carandá”, localizada na Baía dos Periquitos, afluente do Rio Paraguai, área de propriedade da União. 2. Desnecessária a intervenção do Ministério Público Estadual em face de ajuizamento anterior de ação civil pública na Justiça Federal, pela Procuradoria da República, com o idêntico objeto (partes, causa de pedir e pedido). A intervenção do Ministério Público Estadual poderia ensejar litispendência com a ação já proposta na Justiça Federal. 3. Encaminhamento inadequado de promoção de arquivamento para ser homologada pelo Conselho Superior do Ministério Público. Sanada a irregularidade mediante o recebimento da manifestação ministerial como declínio de atribuição ao Ministério Público Federal. Deferido o declínio de atribuição, determinando-se a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que proceda ao encaminhamento dos autos originais ao MPF. 4. Aplicação do artigo 9-A da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e do artigo 52, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ. Entendimento consolidado no Enunciado nº 16 do Conselho Superior do Ministério Público. **Deliberação: O Conselho, à unanimidade, deferiu o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal por não ser o caso de promoção de arquivamento, conforme dispõe o artigo 9-A da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Enunciado nº 16 do Conselho Superior do Ministério Público, e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que encaminhe o procedimento ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2015.00000200-1 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

Campo Grande, 28 de agosto de 2018.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Conselho Superior do MP

ESCOLA SUPERIOR

## AVISO Nº 006/2018-GED

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, nos termos do item 8, X do Edital nº 001/2018 de 23.03.2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados.

### 1.1. CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BATAYPORÃ BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
ALBERTO TOLOTTI LEITE	1º	Aviso nº 004/2018-GED

**1.2. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE BONITO****BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSICÃO	CONVOCAÇÃO
LUARA JACQUES CARVALHO	2º	Aviso nº 002/2018-GED

**1.3. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CORUMBÁ****BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSICÃO	CONVOCAÇÃO
ROOSEVELT ISRAEL DE FIGUEIREDO	1º	Aviso nº 002/2018-GED
LUIZ ALESSANDRO CARDOSO CAPUCCI	2º	Aviso nº 002/2018-GED

**1.4. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE PONTA PORÃ****BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSICÃO	CONVOCAÇÃO
JULIANE DE FREITAS ORTIZ	1º	Aviso nº 002/2018-GED
CARIELI MIRANDA DE OLIVEIRA	6º	Aviso nº 004/2018-GED
KAMILLA BATISTA DA SILVA	7º	Aviso nº 004/2018-GED

**1.5. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE SIDROLÂNDIA****BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSICÃO	CONVOCAÇÃO
GABRIELA BARBOSA VELASCO	1º	Aviso nº 002/2018-GED
ISABELA SANTI ZENI	2º	Aviso nº 002/2018-GED

Campo Grande, 28 de agosto de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
Gestão de Estagiários de Direito em substituição

**AVISO Nº 007/2018-GED**

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados, vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 002/2018-GED, publicado no DOMP nº 1790, de 06 de agosto de 2018.

**1.1. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CORUMBÁ****BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSICÃO	CONVOCAÇÃO
FÁBIO VÍCTOR MALHEIROS ROCHA	3º	Aviso nº 002/2018-GED

**1.2. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE PONTA PORÃ****BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSICÃO	CONVOCAÇÃO
ATOS DA SILVA PIRES	3º	Aviso nº 002/2018-GED

Campo Grande, 28 de agosto de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
Gestão de Estagiários de Direito em substituição

**AVISO Nº 008/2018-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul torna pública a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2018-GED, de 02 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, de 03 de agosto de 2018, ainda não empossados, para manifestação de interesse no exercício **presencial** de estágio nível Pós-Graduação em Direito nas Comarcas de **INOCÊNCIA E PORTO MURTINHO**, considerando as solicitações expressas dos Promotores de Justiça e a inexistência de inscritos e/ou aprovados nas respectivas Comarcas.

Os candidatos aprovados no XXI Processo Seletivo de Estagiários do MPMS, deverão manifestar-se impreterivelmente no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre o interesse em assumir as vagas em disponibilidade nas Promotorias de Justiça abaixo elencadas, através da Manifestação de Interesse de Estágio (disponível no portal do MPE/MS – Estagiários – Formulários) a ser enviado no endereço eletrônico: [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br).

Os candidatos que fizerem a opção pelas vagas oferecidas neste Aviso, automaticamente serão excluídos da lista da cidade a qual optou no momento da inscrição, conforme previsto no Edital 001/2018, VIII, item 4 a 4.3, publicado no DOMP 1700, de 26 de março de 2018.

Como critério de classificação será considerada a nota final de cada candidato, utilizando-se os critérios de desempate, previstos no Edital 001/2018, VIII, item 4.1.

As vagas oferecidas no momento para as Promotorias de Justiça são as seguintes:

QUADRO DE VAGAS – ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INOCÊNCIA		
PROCURADORIA/PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULAR PROCURADOR(A) PROMOTOR(A)	VAGAS DISPONÍVEIS
Promotoria de Justiça ATRIBUIÇÕES: Tem atribuição nos feitos distribuídos aos respectivos Juízes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.	RONALDO VIEIRA FRANCISCO	1
QUADRO DE VAGAS – ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO MURTINHO		
PROCURADORIA/PROMOTORIA DE JUSTIÇA	TITULAR PROCURADOR(A) PROMOTOR(A)	VAGAS DISPONÍVEIS
Promotoria de Justiça ATRIBUIÇÕES: Tem atribuição nos feitos distribuídos aos respectivos Juízes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.	JULIANA PELLEGRINO VIEIRA	1

Campo Grande, 28 de agosto de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

Gestão de Estagiários de Direito em substituição

**AVISO Nº 009/2018-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2018-GED, de 02 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, de 03 de agosto de 2018, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados no item 11, capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no **Item 2** desse Aviso.

**1.1. CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE NOVA PONTA PORÃ**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, Rua Baltazar Saldanha, 1613 - Da Saudade - CEP: 79900-000 Ponta Porã-MS

**BACHAREL EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
05.09.2018	09h30min	CESAR ALEXANDER YOYI ECHEVERRIA	9º
05.09.2018	09h30min	JOÃO DE SOUZA LIMA JÚNIOR	10º

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

**2.1.** Para admissão, o candidato **Bacharel em Direito de Nível Superior/Pós-Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino em curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Cumpra observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br)

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até o GED/MPMS (Gestão de Estagiários de Direito), sito na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande - MS.

Campo Grande, 28 de agosto de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

Gestão de Estagiários de Direito em substituição



## COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

### EDITAL Nº 17/2018

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 17/2018, referente aos documentos Secretaria de Administração, encaminhados através do memorando n.18/2018, nos termos do disposto do art. 9ª, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpaad@mpms.mp.br](mailto:cpaad@mpms.mp.br)), até o dia 02.08.18.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 28.08.2018

#### LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 17/2018

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)	
Órgão / - Divisão de Protocolo		Órgão / Setor- Divisão de Protocolo	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
<u>Classe/Subclasse:</u> - Relatórios de Entrega de documentos; -Lista de Postagens	Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 17/2018.	Exercício 2015	Exercício 2015

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Adriana Cristina D. Gomes Spagnol

Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação dos Documentos

### EDITAL Nº 18/2018

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 18/2018, referente aos documentos Secretaria de Administração, encaminhados através do memorando n.195/2018-SC/SEAD-PGJ, nos termos do disposto do art. 9ª, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpaad@mpms.mp.br](mailto:cpaad@mpms.mp.br)), até o dia 02.08.18.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 28.08.2018

#### LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 18/2018



PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)	
Órgão / Setor- Setor de Contratos-Sead		Órgão / Setor- Setor de Contratos-Sead	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
<p><u>Classe/Subclasse:</u></p> <p>- Cópias dos Memorandos expedidos e Ofício de janeiro a dezembro de 2012.</p> <p>Sendo originais apenas:</p> <p>-Ofício nº208/2012/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº005/2012/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº157/2012/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício Circular nº04/SEAD/2012</p> <p>-Ofício Circular nº02/SEAD/2012</p> <p>-Ofício nº135/2012/SEAD</p> <p>-Ofício/SEAD nº001/2012/SEAD-PGJ</p> <p>-Cópias dos Memorandos nº01 a 261 janeiro a junho de 2012.</p> <p>-Cópias de ofícios 265 a 503, de julho a dezembro de 2012.</p> <p>Originais:</p> <p>-Ofício nº503/2012/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº449/2012/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº415/2012/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº414/2012/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº413/2012/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº412/2012/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº406/2012/SEAD-PGJ</p> <p>-Expediente recebido da HP de 20 de dezembro de 2012</p> <p>-Expediente recebido do Tribunal de Contas nº320D/2012/Cartório</p> <p>-Ofício nº308/2012/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Cópias dos memorandos 262 a 418, de julho a dezembro de 2012</p> <p>Originais:</p> <p>-Memorando nº387/2012/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando nº386/2012/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº863/CGMP/2012</p> <p>-Memorando nº732/2012/NAC/SEAD/PJ</p> <p>Ofícios 2013:</p> <p>-Ofício nº034/2013/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº047/2013/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº061/2013/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº078/2013/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº107/2013/SC/SEA-PGJ</p> <p>-Ofício nº161/2013/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº164/2013/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº205/2013/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Ofício nº208/2013/SC/SEAD-PGJ</p> <p>Memorandos/Ofícios 2014</p> <p>-Ofício nº317/2014/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando nº145/2014/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando nº76/2014/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando nº096/2014/STI-PGJ</p> <p>-Memorando nº093/2014/STI-PGJ</p> <p>-Memorando nº132/2014/Daex-PGJ</p> <p>-Memorando nº127/2014/Daex/PJ</p> <p>Memorandos 2015:</p> <p>Sendo originais apenas:</p> <p>-Memorando 197/2015/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando 199/2015/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando 198/2015/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando 517/DENG-PGJ/15</p> <p>-Memorando 515/DENG-PGJ/15</p> <p>-Memorando 196/2015/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando 192/2015/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando 158/2015/SC/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando 397/DENG-PGJ/15</p> <p>-Memorando 058/2015/ASSEP-PGJ</p> <p>-Memorando 116/2015/SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando 114/2015 /SEAD-PGJ</p> <p>-Memorando 038/2015/ASSEP-PGJ</p> <p>-Comprovante de entrega de nota de empenho, julho a dezembro de 2012.</p> <p>-Documentos recebidos 2015.</p> <p>-Cartas-Contrato 2012</p> <p>-Comprovante de entrega de nota de empenho, dezembro de 2012 a junho de 2013.</p>	<p>Conforme disposto na Resolução nº 004/2013-PGJ, de 25.2.2013, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda.</p> <p>Lista de Eliminação de Documentos nº 18/2018.</p>	Exercício 2012	Exercício 2015
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</p> <p>Adriana Cristina D. Gomes Spagnol</p> <p>Presidente da Comissão Permanente de Análise e Avaliação dos Documentos</p>			

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 06/PGJ/2015.**

Processo: PGJ/10/3374/2014

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes;

2- SILVIA HELENA FERNANDES JUCA & CIA LTDA EPP, representada por Silvia Helena Fernandes Juca;

Objeto: Rescisão unilateral do Contrato nº 06/PGJ/2015 a partir de 11 de julho de 2018, referente ao fornecimento de mão de obra, de modo contínuo, para o exercício de atividades de jardineiro e auxiliar de jardinagem, em razão do descumprimento de cláusulas contratuais pela Contratada, conforme averiguado no Processo Administrativo nº PGJ/10/1268/2018.

Amparo Legal: artigo 78, inciso I, e do artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Data de assinatura: 27 de agosto de 2018.

**EXTRATO DO PROTOCOLO DE ATUAÇÃO CONJUNTA**

EXTRATO DO PROTOCOLO DE ATUAÇÃO CONJUNTA CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, e a SERASA S. A., neste ato representada por seus representantes legais Rodrigo José Sanchez e Leila Martins.

Processo: PGJ/10/0734/2018.

Objeto: Fornecedor de dados cadastrais de sua base de dados ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sem ônus para o erário público.

Amparo Legal: Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994; artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Vigência: 30.05.2018 a 30.05.2023.

Data da assinatura: 30 de maio de 2018.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/PGJ/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PGJ/2018-SRP**

DO OBJETO: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais elétricos (cabos, disjuntores, quadros, lâmpadas, etc.).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Cabo de cobre flexível, bitola 35 mm², 0,6/1,0kV, antichama, isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Metro	500	R\$14,00
2	Cabo de cobre flexível, bitola 16 mm², 0,6/1,0kV, antichama, isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Metro	1000	R\$6,50

3	Cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	10	R\$355,00
4	Cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	10	R\$355,00
5	Cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	10	R\$355,00
6	Cabo de cobre flexível, bitola 10 mm², 750V, antichama, isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	10	R\$355,00
7	Cabo de cobre flexível, bitola 6 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	25	R\$232,00
8	Cabo de cobre flexível, bitola 6 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	25	R\$232,00
9	Cabo de cobre flexível, bitola 6 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	25	R\$232,00
10	Cabo de cobre flexível, bitola 6 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	25	R\$232,00
11	Cabo de cobre flexível, bitola 4 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$150,20
12	Cabo de cobre flexível, bitola 4 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$150,20

13	Cabo de cobre flexível, bitola 4 mm <sup>2</sup> , 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$150,20
14	Cabo de cobre flexível, bitola 4 mm <sup>2</sup> , 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$150,20
15	Cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm <sup>2</sup> , 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	150	R\$89,30
16	Cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm <sup>2</sup> , 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	150	R\$89,30
17	Cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm <sup>2</sup> , 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	150	R\$89,30
18	Cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm <sup>2</sup> , 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	150	R\$89,30
19	Cabo de cobre flexível, bitola 1,5 mm <sup>2</sup> , 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	30	R\$57,00
20	Cabo de cobre flexível, bitola 1,5 mm <sup>2</sup> , 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, branco, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	30	R\$57,00
21	Cabo de cobre nu, bitola 50 mm <sup>2</sup> , têmpera meio duro, encordoamento classe 2A, fabricado em conformidade com a NBR 6524. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Metro	500	R\$19,00
22	Cabo de Cobre nu, bitola 35 mm <sup>2</sup> , têmpera meio duro, encordoamento classe 2A, fabricado em conformidade com a NBR 6524. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio.	Metro	1000	R\$13,90

	Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.			
23	Cabo de Cobre nu, bitola 25 mm <sup>2</sup> , têmpera meio duro, encordoamento classe 2A, fabricado em conformidade com a NBR 6524. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Metro	500	R\$9,60
24	Canaleta, fabricada em PVC, medidas: 20mm x 12mm, sem adesivos, cor branca. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP, KSS ou Dutoplast. Marca: Não registrada.	Unidade	1000	Não registrado
25	Canaleta, fabricada em PVC, medidas: 50mm x 20mm, com divisória e sem adesivos, cor branca. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Dutoplast. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	1000	R\$17,85
26	Canaleta, fabricada em PVC rígido, medidas: 80mm x 50mm ou 75mm x 50mm, sem adesivos, cor branca. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, KSS ou Dutoplast. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
27	Canaleta de piso, cor cinza, 4 compartimentos, dimensões 92mm x 20mm ou 90mm x 19mm, índice de proteção IP40/IK08. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, KSS ou Dutoplast. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
28	Conjunto de tomada 2P+T, 10A, pino cilíndrico de 4mm, padrão brasileiro, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a NBR 14136. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, Radial ou Ilumi. Marca: Ilumi. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	1000	R\$4,70
29	Conjunto de tomada 2P+T, 20A, pino cilíndrico de 4,8mm, padrão brasileiro, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a NBR 14136. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, Radial ou Ilumi. Marca: Ilumi. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$5,50
30	Conjunto de tomada, 2 x RJ45 cat 6, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a Norma ISO 11801 e EIA/TIA 568-A. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, Furukawa, Romazi ou WEG. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
31	Cotovelo Externo, PVC, 50mm x 20mm, cor branca. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Legrand. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$5,70
32	Cotovelo Interno, PVC, 50mm x 20mm, cor branca. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Legrand. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$5,70
33	Cotovelo 90° em “L”, PVC, 50mm x 20mm, cor branca. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Legrand. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$4,40
34	Derivação em “T”, PVC, 50mm x 20mm, cor branca. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Legrand. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$16,90
35	Fita adesiva acrílica transferível dupla face, largura 12 mm, espessura de 0,8mm ou 1,0mm, cor translúcida ou transparente, de acordo com a norma de durabilidade UL 745 C. Rolo de 20m. Marca: Adere.	Unidade	150	R\$21,80

	Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.			
36	Cabo UTP CAT 5e, de acordo com as normas ANSI/TIA 568 C2 e ISO/IEC 11801, cor azul, com 4 pares de 24awg com isolamento de polietileno de alta densidade. Caixa com no mínimo 300m. Marcas de Referência: Furukawa, Nexans ou Draka Prysmian. Marca: Furukawa. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$347,50
37	Cabo UTP CAT 6, de acordo com as normas ANSI/TIA 568 C2 e ISO/IEC 11801, cor vermelho, com 4 pares de 24awg com isolamento de polietileno de alta densidade. Caixa com no mínimo 300m. Marcas de Referência: Furukawa, Nexans ou Draka Prysmian. Marca: Furukawa. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	50	R\$715,00
38	Fita isolante em PVC auto extingüível, em conformidade com a norma NBR NM 60454-3-1 e a NBR 5037, cor preta, largura de 19mm, espessura 0,18mm. Rolo de 20m. Marcas de referência: Prysmian, 3m ou Tramontina. Marca: Prysmian. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	500	R\$4,23
39	Fita isolante em EPR (borracha etileno-propileno) autofusão, em conformidade com a norma ASTM-D-4388, cor preta, largura de 19mm, espessura 0,76mm ou 0,80mm. Rolo de 10m. Marcas de referência: Prysmian, 3m ou WURTH. Marca: Prysmian I-10. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	50	R\$13,45
40	Haste cobreada tipo <i>copperweld</i> , núcleo em aço carbono, diâmetro 19mm ou 5/8" (polegadas), comprimento 2,4m ou 3,0m. Marca: Intelli. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.	Unidade	50	R\$21,50
41	Grampo de aterramento, de latão, tipo abraçadeira para haste 5/8" (polegadas). Marca: Intelli. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	50	R\$3,35
42	Parafuso fendido de latão ou estanho, para cabos de 35mm. Marca: Intelli. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	200	3,75
43	Parafuso fendido de latão ou estanho, para cabos de 50mm. Marca: Intelli. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$5,30
44	Quadro de sobrepor, em aço carbono, cor bege, com tampa, com barramento incluso tipo trifásico espinha de peixe para até 150A, derivação de 32A, capacidade para 44 módulos DIN. Marcas de referência: Legrand, Tigre, Steck, Olipê. Marca: Legrand. Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.	Unidade	10	R\$751,00
45	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 10A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	20	R\$6,65
46	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 16A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade.	200	R\$6,65

47	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 20A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	200	R\$6,65
48	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 25A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	200	R\$6,65
49	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 16A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$29,00
50	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 20A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$29,00
51	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 25A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	100	R\$29,00
52	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 32A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	50	R\$29,00
53	Disjuntor tripolar termomagnético, curva "C", 40A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	20	R\$39,60
54	Disjuntor tripolar termomagnético, curva "C", 50A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	20	R\$39,60
55	Disjuntor tripolar termomagnético, curva "C", 63A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens. Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.	Unidade	20	R\$58,00
56	Disjuntor tripolar termomagnético, tipo caixa moldada, frame x 160, 80A, comando manual, ajuste termomagnético fixo, tensão nominal máxima 380V, corrente de curto-circuito de 10kA, padrão norma NBR IEC 60947-2, isolação 690V. Marcas de Referência: Eletromar, WEG ou Steck.	Unidade	10	R\$241,50

	<p>Marca: Steck.</p> <p>Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</p>			
57	<p>Disjuntor tripolar termomagnético, tipo caixa moldada, frame x 160, 125A, comando manual, ajuste termomagnético fixo, tensão nominal máxima 380V, corrente de curto-circuito de 10kA, padrão norma NBR IEC 60947-2, isolação 690V. Marcas de Referência: Eletromar, WEG ou Steck.</p> <p>Marca: Steck.</p> <p>Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</p>	Unidade	10	R\$230,00
58	<p>Lâmpada de LED potência entre 9W e 10W, bivolt, fluxo luminoso superior a 800 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000k ou 6500k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000h ou mais, 2 (dois) anos de garantia contra defeito de fabricação. Marcas de Referência: Luterled, Ultraluz, FLC, Alper ou Aledis.</p> <p>Marca: FLC.</p> <p>Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</p>	Unidade	300	R\$7,60
59	<p>Lâmpada de LED potência entre 12W a 15W, bivolt, fluxo luminoso superior a 1300 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000k ou 6500k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000h ou mais, 2 (dois) anos de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de Referência: Golden, FLC, Kian ou Decorlux.</p> <p>Marca: FLC.</p> <p>Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</p>	Unidade	300	R\$9,75
60	<p>Lâmpada de LED potência: 30W, bivolt, fluxo luminoso superior a 2600 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000k ou 6500k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000h ou mais, 12 (doze) meses de garantia contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Empalux, Alumbra ou Ourolux.</p> <p>Marca: Ourolux.</p> <p>Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</p>	Unidade	300	R\$41,20
61	<p>Lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 10W, fluxo luminoso igual ou superior à 900 lumens, formato T8, soquete G13, comprimento de 600mm, temperatura de cor 6000k ou superior (branca fria), vida útil mínima 40.000 horas, 2 anos de garantia contra defeito de fabricação. Marcas de referência: Philips, Osram, Empalux, GE, Luterled, Ultraluz, Ledstar, Pulse, FLC, Avant, Glight, Alper, Taschibra, Aledis ou Golden.</p> <p>Marca: FLC.</p> <p>Empresa vencedora: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.</p>	Unidade	1000	R\$14,23
62	<p>Lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 20W, fluxo luminoso igual ou superior à 1800 lumens, formato T8, soquete G13, comprimento de 1200mm, temperatura de cor 6000k ou superior (branca fria), vida útil mínima 40.000 horas, 2 anos de garantia contra defeito de fabricação. Marcas de referência: Philips, Osram, Empalux, GE, Luterled, Ultraluz, Ledstar, Pulse, FLC, Avant, Glight, Alper, Taschibra, Aledis ou Golden.</p> <p>Marca: FLC.</p> <p>Empresa vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP.</p>	Unidade	2000	R\$16,80

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de agosto de 2018.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0040/2018/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2018.00002475-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF São Conrado.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria de migração do Inquérito Civil físico nº 21/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art.56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Campo Grande, MS, 27 de agosto de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

**EDITAL N. 0041/2018/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2018.00002502-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Parque do Sol.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria de migração do Inquérito Civil físico nº 29/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art.56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Campo Grande, MS, 27 de agosto de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

**DOURADOS****EDITAL Nº 0045/2018/11PJ/DOS**

A 11.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a evolução da Notícia de Fato n. 01.2018.00002857-0 para Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002308-5

Requerente: Anônimo e Ministério Público Estadual.

Investigado: Uemura e Cia S/S Ltda - Empresa Funerária Bom Jesus e Oca Ambiental LTDA-ME.

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental consistente no gerenciamento, coleta e destinação dos resíduos dos serviços de saúde na Funerária Bom Jesus.

Dourados, 27 de agosto de 2018

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 21/2018/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00002508-3, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00002508-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Espólio de João Antônio Alves

Assunto: “Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada; possível degradação da Área Permanente e regularização jurídico ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Brilhante bloco 02, lotes 31, 32, 33, 34, 36, 37 e 38 ”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 16/2014 para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 24 de agosto de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 22/2018/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00002509-4, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00002509-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: “Apurar eventual deficiência do sistema público de saúde prestado pelo município de Camapuã ”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 03/2015 para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 24 de agosto de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 23/2018/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00002510-6, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00002510-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A Apurar

Assunto: “Apurar eventual omissão do Estado de Mato Grosso do Sul em relação à conservação da Escola Estadual Camilo Bonfim, gerando situação de risco para os alunos ”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 13/2013 para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 24 de agosto de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

---

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0004/2018/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público nº 06.2017.00001367-2, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2017.00001367-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Jose Carlos Izidoro de Souza.

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de supressão de vegetação nativa sem a licença ambiental do órgão competente, ocorrido na Fazenda Pé de Serra.

Cassilândia-MS, 24 de agosto de 2018

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2018/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a Conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público nº 06.2017.00002036-2, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2017.00002036-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Adelino Bertolo.

Assunto: Promover a recuperação ou reparação da área de preservação permanente degradada da Fazenda Carro de Boi, de propriedade de Adelino Bertolo.

Cassilândia-MS, 24 de agosto de 2018

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

---

**COSTA RICA**

---

**EDITAL N. 003/MPE/2ªPJCR/2018.**

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do PP n. 06.2018.000025694, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2018.00002586-1.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica.

Requeridos: Carrão Baterias Ltda EPP e Fabio Augusto Bonilha Fernandes.

Assunto: Apurar o fato de que durante patrulhamento ambiental na data de 24.08.2018, na Avenida Vereador Kendi Nakai, em frente ao Posto Avenida, Costa Rica/MS, fora abordado o caminhão Marca V.W, Modelo 11.180, ano 2017/2018, Cor Branca, Placa QAK-3882, o qual era conduzido pelo Senhor Fabio Augusto Bonilha Fernandes, que transportava aproximadamente 47 (quarenta e sete) baterias diversas marcas e usadas. Fora solicitado documentação da referida carga, bem como a licença para o transporte de cargas perigosas, o qual o motorista Sr. Fábio diz que não possuía tais documentos.

Costa Rica, 28 de agosto de 2018.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD

Promotor de Justiça em substituição legal.

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANGÉLICA**

---

**EDITAL Nº 04/2018/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002422-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: a apurar

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes do lançamento irregular de lixo em área verde do Município de Angélica (Migração CIC para o sistema SAJ/MS – Inquérito Civil n. 001/PJA/2017).

Angélica, 15 de agosto de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 05/2018/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Procedimento administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003084-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Acompanhar a estruturação e implementação de sistema de coleta seletiva e triagem de resíduos sólidos no Município de Angélica, consoante o disposto nos artigos 35 e 36 da Lei n. 12.305/2010.

Angélica, 15 de agosto de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 06/2018/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Procedimento administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003085-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Acompanhar a estruturação e implementação do Programa de logística reversa no Município de Angélica/MS, consoante o disposto no art. 33 e 36 da Lei n. 12.305/2010.

Angélica/MS, 15 de agosto de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 09/2018/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002521-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa decorrente de repasse de verba pública, efetuado pelo Município de Angélica, à entidade privada (Sindicato Rural de Angélica).

Angélica/MS, 23 de agosto de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 10/2018/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00002538-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Associação Beneficente de Angélica (ABA)

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo pelo Diretor Administrativo da Associação Beneficente de Angélica (ABA), o Sr. Adalberto Nogueira, e por sua esposa, Elizângela Maria da Silva, enfermeira na referida instituição que gere o Hospital Beneficente de Angélica

Angélica/MS, 26 de agosto de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

---

**NIOAQUE****EDITAL Nº 06.2018.00000298-0**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, comarca de Nioaque.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00000298-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o efetivo cumprimento da carga horária prevista em lei para os servidores da Câmara Municipal de Nioaque, ante a falta de registro de frequência.

Nioaque, 15 de agosto de 2018.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 06.2018.00000523-2**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00000523-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: "apurar a conduta do então Secretário do Foro de Nioaque, consistente na falta de participação à então Diretora do Foro da realização de procedimento tóxico (dedetização) na sede do fórum, embora obrigado pelo Princípio Hierárquico, bem como aos demais servidores e ocupantes do prédio, para autoproteção, impedindo que as medidas de segurança e saúde contra intoxicação e prevenção de alergias fossem tomadas, dentre elas a evacuação do local"

Nioaque, 20 de agosto de 2018.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 06.2018.00001093-5**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00001093-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: "apurar desmatamento de 4,00 ha ocorrido em propriedade rural não identificada, localizada no município de Nioaque, conforme Parecer nº 133/16/NUGEO".

Nioaque, 20 de agosto de 2018.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 06.2018.00001094-6**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00001094-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar desmatamento de 12,01 ha ocorrido em propriedade rural ainda não identificada, localizada neste município de Nioaque/MS, conforme Parecer nº 1149/17/NUGEO.

Nioaque, 20 de agosto de 2018.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 06.2018.00001244-4**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil N° 06.2018.00001244-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque-MS

Assunto: Apurar eventual responsabilidade da Administração Pública local em relação à precariedade da estrada vicinal conhecida como "Caroba", localizada no município de Nioaque/MS.

Nioaque, 20 de agosto de 2018.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça